

ESCOLA, CULTURA E COMUNIDADE NA AMAZÔNIA RIBEIRINHA: CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS PARA A COMPREENSÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Daniela Garcia Viana

<http://lattes.cnpq.br/4095997410076427>

<https://orcid.org/0009-0008-0409-0441>

E-mail: danielaviana8815@gmail.com

Ivone Garcia de Souza

<https://orcid.org/0009-0008-9847-0647>

E-mail: garciaivone452@gmail.com

Ivonira Garcia de Souza

<http://lattes.cnpq.br/1644564809095391>

<https://orcid.org/0009-0002-7888-913X>

E-mail: ivonira.g2016@gmail.com

Tereza Cristina Ribeiro

<https://orcid.org/0009-0002-0896-8676>

E-mail: crisapuia@yahoo.com.br

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N1-11>

RESUMO: Este estudo buscou compreender as relações estabelecidas entre as práticas educativas escolares desenvolvidas em comunidades ribeirinhas e os aspectos culturais que caracterizam esses territórios. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica do tipo revisão da literatura de abordagem qualitativa, a partir de 07 (sete) artigos científicos disponíveis no Portal de Periódicos Coordenação de Aperfeiçoamento a Pesquisa de Nível Superior - CAPES, publicizados entre os anos de 2017 e 2022. Os resultados mostram que as práticas educativas nas comunidades ribeirinhas são influenciadas por fatores de natureza socioeconômica e sociocultural e que nestes termos, a efetivação de uma educação contextualizada depende da articulação entre os saberes locais, as especificidades territoriais e as condições materiais de funcionamento das instituições escolares. Diante disso, conclui-se que é necessário pensar em práticas pedagógicas e curriculares que dialoguem com a realidade das comunidades ribeirinhas, valorizando seus conhecimentos, experiências e manifestações culturais como elementos fundamentais para a promoção de uma educação significativa e socialmente referenciada.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia. Comunidades ribeirinhas. Práticas educativas. Cultura. Educação do Campo.

SCHOOL, CULTURE, AND COMMUNITY IN THE AMAZONIAN RIVERINE REGION: SCIENTIFIC CONTRIBUTIONS TO UNDERSTANDING EDUCATIONAL PRACTICES

ABSTRACT: This study sought to understand the relationships established between school educational practices developed in riverside communities and the cultural aspects that characterize these territories. To this end, a qualitative bibliographic study based on a literature review was conducted, drawing on seven (7) scientific articles available in the

Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) Journal Portal, published between 2017 and 2022. The findings indicate that educational practices in riverside communities are influenced by socioeconomic and sociocultural factors and that, in this context, the implementation of contextualized education depends on the integration of local knowledge, territorial specificities, and the material conditions under which schools operate. Therefore, it is concluded that there is a need to develop pedagogical and curricular practices that engage with the realities of riverside communities, valuing their knowledge, experiences, and cultural expressions as fundamental elements for promoting meaningful and socially responsive education.

KEYWORDS: Amazon. Riverine communities. Educational practices. Culture. Rural education.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda a educação em contextos rurais ribeirinhos da Amazônia, analisando produções acadêmicas que discutem as experiências, os desafios e as relações estabelecidas entre as comunidades e as instituições escolares. Investigar a educação nesses territórios implica compreender dinâmicas que articulam os processos educativos aos saberes locais, considerando que essas populações buscam preservar suas histórias, tradições, costumes, práticas culturais, crenças religiosas e modos de vida para as gerações futuras. Nesse sentido, Canclini (2020) afirma que as sociedades latino-americanas são marcadas por permanentes contradições, nas quais tradição e modernidade coexistem de forma simultânea. Para o autor, a modernidade não substitui integralmente as tradições, mas estabelece com elas relações de convivência, adaptação e ressignificação. Assim, embora os avanços tecnológicos e as transformações contemporâneas alcancem as comunidades ribeirinhas, práticas culturais e formas de organização social permanecem desempenhando papel central na vida dessas populações.

As comunidades ribeirinhas são constituídas por grupos que vivem às margens de rios, lagos e igarapés, sua formação resulta da interação entre diferentes matrizes culturais, envolvendo povos indígenas, migrantes nordestinos e outros grupos provenientes de distintas regiões do país (Diegues et al., 2000). Em razão das especificidades ambientais da Amazônia, essas populações dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência. A pesca, a agricultura familiar, o extrativismo do açaí, a caça e a criação de animais domésticos constituem importantes fontes de alimentação e geração de renda (Reis, 2021). Além disso, os ciclos de cheia e vazante dos

rios influenciam diretamente as atividades produtivas, o transporte e a comercialização dos produtos.

De acordo com Castro; Campos (2015), a cartografia produzida durante o período colonial evidencia a expansão da ocupação europeia, com a instalação de missões religiosas e núcleos estratégicos de povoamento nas fronteiras amazônicas. Nesse contexto, indígenas, africanos, europeus e outros grupos sociais passaram a ocupar diferentes áreas da região, muitas vezes em busca de liberdade, sobrevivência e melhores condições de vida. O deslocamento por rios, florestas, lagos e igarapés favoreceu a constituição de uma população culturalmente diversa, formada por indígenas, caboclos, quilombolas, extrativistas, agricultores e outros grupos que desenvolveram saberes, práticas e modos de vida próprios (Castro; Campos, 2015).

Essas especificidades territoriais, históricas e culturais repercutem diretamente na organização da educação escolar. No cotidiano das escolas ribeirinhas, estudantes, gestores, profissionais de apoio e professores convivem com desafios relacionados às condições de trabalho, ao acesso à escola e ao processo de ensino e aprendizagem, especialmente nas classes multisseriadas (Leite; Cunha, 2014). Pensar uma proposta educacional para um país marcado por profundas desigualdades sociais, territoriais e culturais representa, portanto, um desafio significativo. No Brasil, as populações historicamente vulnerabilizadas enfrentam maiores obstáculos para acessar direitos fundamentais, entre eles a educação (Ribeiro, 2022). As diferenças regionais, associadas à grande extensão territorial do país, evidenciam a necessidade de políticas públicas capazes de considerar as especificidades de cada contexto.

As desigualdades educacionais também se refletem nos indicadores de escolarização. Dados sobre analfabetismo e acesso à educação demonstram disparidades significativas entre as regiões brasileiras, sendo o Norte e o Nordeste aqueles que apresentam os maiores desafios nesse campo (Ribeiro, 2022). Esse cenário reforça a importância de pesquisas voltadas à compreensão das condições educacionais de populações historicamente marginalizadas, como as comunidades ribeirinhas amazônicas.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo compreender as relações entre as práticas educativas desenvolvidas em comunidades ribeirinhas e os

aspectos culturais que caracterizam esses territórios, a partir da análise da produção científica disponível no Portal de Periódicos CAPES. Na sequência, apresenta-se o percurso metodológico da pesquisa e, posteriormente, as discussões dos resultados obtidos.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza básica, com abordagem qualitativa e delineamento bibliográfico. Para sua realização, foi desenvolvida uma revisão da literatura a partir de buscas efetuadas no Portal de Periódicos CAPES, visando identificar produções científicas relacionadas às práticas educativas em comunidades ribeirinhas amazônicas e suas relações com os aspectos socioculturais desses territórios.

Os procedimentos metodológicos foram organizados em quatro etapas. Na primeira, realizou-se a definição das palavras-chave que orientariam as buscas. Na segunda etapa, procedeu-se à leitura de fontes secundárias, com o objetivo de ampliar a compreensão teórica acerca do objeto de estudo. A terceira etapa consistiu na busca, seleção e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão dos artigos que compuseram o corpus da pesquisa. Por fim, na quarta etapa, realizou-se a leitura crítica e a análise do material selecionado, buscando atender ao objetivo geral proposto pelo estudo.

A revisão de literatura foi escolhida por possibilitar a sistematização e a análise de evidências científicas produzidas sobre determinada temática, contribuindo para a construção de um panorama consistente do conhecimento existente. Nesse sentido, adotaram-se procedimentos de seleção, inclusão e análise sistemática dos estudos encontrados. Conforme destacam Galvão e Ricarte (2019), a revisão sistemática constitui uma modalidade de pesquisa que segue protocolos específicos e busca conferir maior rigor metodológico à análise de um amplo conjunto documental.

A análise dos artigos permitiu identificar informações, argumentos e resultados diretamente relacionados ao objeto investigado. Além disso, possibilitou reunir dados confiáveis, reconhecer tendências de pesquisa, identificar lacunas no conhecimento produzido e compreender como a temática vem sendo abordada na literatura científica. Dessa forma, a revisão contribuiu para a elaboração de uma análise crítica sobre o

desenvolvimento das práticas educativas escolares em comunidades ribeirinhas e suas relações com os aspectos socioculturais presentes nesses contextos.

Para a realização das buscas, foram utilizadas as palavras-chave “currículo”, “cultura ribeirinha” e “escolas ribeirinhas”. Os resultados iniciais contemplaram diferentes áreas do conhecimento, porém a maior parte das publicações apresentava aproximações com a temática investigada, possibilitando a construção de um percurso analítico alinhado aos objetivos do estudo. Os trabalhos identificados foram organizados em três categorias: produções gerais relacionadas aos descritores; estudos vinculados à Educação do Campo e às comunidades ribeirinhas; e pesquisas diretamente relacionadas ao objeto de investigação.

Com o objetivo de refinar a busca, os descritores foram inseridos entre aspas, resultando inicialmente em 74 publicações. Em seguida, aplicou-se o filtro “periódicos revisados por pares”, reduzindo o universo para 51 trabalhos. Posteriormente, delimitou-se o período de publicação entre os anos de 2018 e 2025, considerando a produção acadêmica mais recente sobre a temática, o que resultou em 23 artigos potencialmente relevantes para a pesquisa.

Após a leitura dos resumos das 23 publicações selecionadas, verificou-se que 16 artigos não apresentavam aderência aos objetivos da pesquisa e, por esse motivo, foram excluídos da análise. Os principais critérios de exclusão envolveram estudos realizados em contextos distintos das escolas e comunidades ribeirinhas amazônicas, pesquisas centradas em outras modalidades educacionais e trabalhos que não abordavam diretamente as relações entre currículo, cultura e Educação do Campo. Após a aplicação desses critérios, o corpus final da pesquisa foi constituído por 7 artigos científicos, selecionados para análise e discussão dos resultados.

A partir desse conjunto de estudos, tornou-se possível identificar diferentes perspectivas sobre as práticas educativas desenvolvidas em comunidades ribeirinhas, bem como compreender os desafios, as potencialidades e as relações estabelecidas entre educação, cultura e território no contexto amazônico. A seguir, apresenta-se a organização dos artigos selecionados que compuseram o corpus analítico desta investigação.

Quadro 1 – Artigos selecionados para composição do corpus da pesquisa.

AUTORES	ANO	TÍTULO
Gláucio Campo Gomes Matos; Maria Beatriz Rocha Ferreira	2019	Educação em comunidades Amazônicas
Francisco Miguel da Silva de Oliveira; Alex Sandro Gomes Pessoa	2018	Educação do caboclo-ribeirinho: problematizações acerca do currículo escolar e seus desdobramentos nas escolas ribeirinhas
Edielso Manoel Mendes de Almeida; Luiz Carlos Pinto de Holanda; Raira dos Santos Nunes	2018	O diálogo entre o conhecimento escolar e o saber popular
França dos Santos Rodrigues; Isabel Cristina	2020	Escolas de ontem e de hoje na Amazônia Paraense: fissuras em prol das aprendizagens e da formação docente
David Goes Ferreira	2022	Comunidade, escola e juventude: navegando pela história oral de vida de jovens de uma comunidade ribeirinha no Amazonas
Raimunda Kelly Silva Gomes; Luiza Nakayama	2018	Saberes docentes sobre meio ambiente em uma comunidade ribeirinha da Amazônia amapaense
Marcela Arantes Ribeiro	2019	Cultura Amazônia: da migração nordestina à sala de aula ribeirinha

Fonte: Dados coletados pelas autoras (2026).

Com o objetivo de responder ao problema de pesquisa e alcançar os objetivos propostos, os dados foram analisados por meio da análise temática de conteúdo. De acordo com Bardin (2016), essa metodologia compreende um conjunto de técnicas que possibilita a interpretação sistemática de diferentes produções textuais, permitindo identificar temas, significados e regularidades presentes nos conteúdos analisados.

No processo de análise e discussão dos resultados, foram considerados os oito artigos científicos selecionados no Portal de Periódicos CAPES, os quais apresentavam relação direta com a temática do currículo, da cultura e das práticas educativas em contextos ribeirinhos amazônicos. A leitura integral dessas produções possibilitou identificar diferentes abordagens acerca das relações entre escola, comunidade, saberes tradicionais, formação docente, interculturalidade e currículo, favorecendo a compreensão das especificidades educacionais presentes nesses territórios.

Na primeira etapa da análise, os artigos foram fichados e organizados em relatórios contendo informações referentes aos objetivos, objetos de estudo, procedimentos metodológicos e principais resultados apresentados pelos autores. Esse

procedimento permitiu uma visão geral das produções selecionadas e contribuiu para a identificação dos temas recorrentes presentes nos estudos.

Posteriormente, os dados foram organizados em categorias temáticas construídas a partir dos conteúdos evidenciados nos artigos. Considerando os objetivos da pesquisa e as temáticas predominantes identificadas no corpus, foram estabelecidos três eixos analíticos centrais: currículo e educação ribeirinha; cultura, saberes tradicionais e identidade amazônica; e escola, comunidade e formação dos sujeitos.

A partir desses eixos, foram construídas quatro categorias de análise: a) currículo e práticas educativas nas escolas ribeirinhas; b) cultura amazônica, saberes populares e conhecimentos tradicionais; c) relações entre escola, comunidade e identidade ribeirinha; e d) formação docente e desafios da educação em contextos amazônicos. Essas categorias permitiram compreender como os estudos analisados abordam a articulação entre conhecimentos escolares e saberes socioculturais, bem como os desafios enfrentados pelas escolas na construção de práticas pedagógicas contextualizadas.

Com base nessa organização, os oito artigos foram examinados de forma crítica e interpretativa, considerando suas contribuições teóricas, metodológicas e empíricas para a compreensão da educação ribeirinha. A análise possibilitou identificar elementos relacionados à valorização dos saberes tradicionais, à construção das identidades culturais, às práticas curriculares desenvolvidas nas escolas e às relações estabelecidas entre os sujeitos e seus territórios.

Nesse sentido, a revisão da literatura revelou-se fundamental para compreender as múltiplas dimensões que permeiam a educação em comunidades ribeirinhas amazônicas. Além de evidenciar os desafios enfrentados pelas escolas e pelos profissionais da educação, os estudos analisados apontam para a necessidade de propostas curriculares que dialoguem com a realidade sociocultural das comunidades, valorizem os conhecimentos tradicionais e contribuam para o fortalecimento da identidade e da diversidade cultural dos povos amazônicos.

CURRÍCULO E PRÁTICAS EDUCATIVAS NAS ESCOLAS RIBEIRINHAS

Com o objetivo de responder ao problema de pesquisa e alcançar os objetivos propostos, os dados foram analisados por meio da análise temática de conteúdo. Conforme Bardin (2016), essa metodologia possibilita a interpretação sistemática de produções textuais, permitindo identificar temas, significados e recorrências presentes nos materiais investigados.

No processo de análise e discussão dos resultados, foram considerados os oito artigos selecionados no Portal de Periódicos CAPES, os quais apresentavam relação direta com a temática do currículo, da cultura e das práticas educativas em escolas ribeirinhas da Amazônia. A leitura integral dessas produções possibilitou identificar diferentes perspectivas sobre a articulação entre conhecimentos escolares e saberes tradicionais, bem como sobre os desafios e as potencialidades da educação desenvolvida nesses contextos socioculturais.

Na primeira etapa da análise, os artigos foram fichados e organizados em quadros síntese contendo informações sobre objetivos, metodologia, contexto investigado e principais resultados. Esse procedimento permitiu uma visão geral do material selecionado e favoreceu a identificação dos temas recorrentes presentes nos estudos.

Posteriormente, os dados foram organizados em categorias temáticas, construídas a partir da proximidade entre os conteúdos abordados pelos autores. Inicialmente, foram identificados três eixos centrais de análise: currículo e educação ribeirinha; cultura, saberes tradicionais e identidade amazônica; e relações entre escola, comunidade e formação dos sujeitos.

A partir desses eixos, foram estabelecidas quatro categorias analíticas: currículo e práticas educativas nas escolas ribeirinhas; cultura amazônica, saberes populares e conhecimentos tradicionais; relações entre escola, comunidade e identidade ribeirinha; e formação docente e desafios da educação em contextos amazônicos. Essas categorias possibilitaram uma compreensão mais aprofundada das diferentes dimensões que permeiam os processos educativos nas comunidades ribeirinhas.

Com base nessa organização, os oito artigos foram examinados de forma crítica e interpretativa, considerando suas contribuições teóricas e empíricas para a compreensão

das práticas curriculares e culturais desenvolvidas nas escolas ribeirinhas. Esse procedimento permitiu evidenciar aspectos relacionados à valorização dos saberes tradicionais, à construção das identidades culturais amazônicas e à necessidade de propostas curriculares comprometidas com as especificidades socioculturais das comunidades ribeirinhas.

Nesse sentido, a busca na literatura científica por elementos que contribuam para a compreensão das práticas educativas escolares e de suas articulações com os contextos socioculturais das populações ribeirinhas mostra-se fundamental. Além de possibilitar a identificação das dificuldades vivenciadas por esses sujeitos, esse processo favorece reflexões sobre os desafios e as potencialidades da educação na Amazônia, contribuindo para o fortalecimento de propostas pedagógicas mais contextualizadas e comprometidas com as especificidades culturais, sociais e territoriais dessas comunidades.

Os saberes socialmente reconhecidos e legitimados pelo sistema municipal de educação do Afuá negam saberes oriundos da cultura ribeirinha. As vozes dos ribeirinhos são silenciadas e seus saberes não são dignos de entrarem na sala de aula, o que caracteriza uma colonialidade do saber (Almeida et al., 2018, p. 7).

É importante destacar que a integração dos conhecimentos tradicionais aos currículos das escolas ribeirinhas ainda encontra diversos obstáculos para sua efetivação no sistema educacional. Entre esses desafios, destaca-se a limitada participação das comunidades nos processos de elaboração curricular, o que dificulta a construção de uma matriz pedagógica capaz de contemplar as especificidades socioculturais e os saberes historicamente produzidos nesses territórios. Como consequência, as particularidades culturais das populações ribeirinhas permanecem, muitas vezes, à margem dos processos educativos formais. Nesse sentido, a inclusão desses conhecimentos no currículo torna-se fundamental para promover práticas interdisciplinares, contextualizadas e significativas, contribuindo para o desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes em consonância com sua realidade social, cultural e territorial.

PRÁTICAS EDUCATIVAS E OS DESAFIOS DA ESCOLARIZAÇÃO EM CONTEXTOS RIBEIRINHOS

Quando se abordam as práticas educativas desenvolvidas nas comunidades ribeirinhas, torna-se necessário reconhecer a singularidade desses territórios e a diversidade de condições que caracterizam a região amazônica. Em razão de sua vasta extensão territorial e de suas particularidades geográficas, históricas e socioculturais, a Amazônia apresenta realidades educacionais distintas, que exigem a formulação de políticas e práticas pedagógicas adequadas às especificidades locais. Nesse sentido, Matos; Ferreira (2019), afirmam que as áreas rurais possuem características próprias, especialmente aquelas localizadas na Amazônia, cujas dinâmicas sociais, ambientais e culturais variam conforme o estado, o município e a comunidade em que estão inseridas. Essas populações expressam modos de vida, valores e saberes construídos historicamente em estreita relação com a floresta, os rios e os demais elementos que compõem seus territórios.

No que se refere à educação amazônica, especialmente àquela desenvolvida em comunidades ribeirinhas, os desafios são amplos e persistentes. A insuficiência de investimentos públicos, associada às dificuldades de acesso e à precariedade da infraestrutura escolar, compromete significativamente a qualidade das práticas educativas. Em muitas localidades, a ausência de serviços básicos, como escolas, creches e unidades de saúde, obriga os moradores a deslocamentos constantes para outras comunidades, dificultando o acesso a direitos fundamentais. Conforme destacam Almeida; Holanda (2018), a falta de estruturas adequadas para atendimento educacional e social constitui uma realidade recorrente em diversas comunidades ribeirinhas.

Diante dessas adversidades, observa-se que a educação ribeirinha se desenvolve em meio a constantes tensões e desafios. Historicamente, as populações do campo e das águas têm enfrentado processos de invisibilização social e educacional, o que reforça a necessidade de mobilização coletiva em defesa de seus direitos. Nesse contexto, os movimentos sociais e as organizações comunitárias desempenham papel fundamental na luta por uma educação que respeite as identidades locais, valorize os saberes tradicionais e reconheça as especificidades históricas e culturais dessas populações.

A realidade educacional ribeirinha também é marcada por dificuldades relacionadas às condições socioeconômicas das famílias e às características geográficas do território. O deslocamento dos estudantes até as escolas, as limitações dos sistemas de transporte e as atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias interferem diretamente na permanência e no desempenho escolar. Oliveira e Pessoa (2018) destacam que muitos estudantes precisam conciliar os estudos com atividades produtivas, como a coleta do açaí e outras práticas extrativistas, contribuindo para a renda familiar. Embora isso não represente necessariamente o abandono escolar, pode resultar em baixa frequência às aulas e dificuldades no processo de aprendizagem.

Nesse cenário, a escola assume papel fundamental na formação dos sujeitos ribeirinhos. Mais do que um espaço destinado à transmissão de conteúdos, ela constitui um ambiente de construção de identidades, socialização de conhecimentos e fortalecimento dos vínculos comunitários. A instituição escolar deve ser capaz de promover uma educação crítica e contextualizada, respeitando as experiências e os saberes dos estudantes e contribuindo para sua formação cidadã. Conforme argumenta Ribeiro (2019), a escola exerce importante função na formação coletiva dos indivíduos, favorecendo a convivência entre diferentes grupos sociais e ampliando as possibilidades de participação na vida comunitária.

Somado a isto, destaca-se a necessidade de construção de currículos alinhados às realidades socioculturais das comunidades ribeirinhas, que dialoguem com os conhecimentos locais e com as experiências vividas pelos estudantes, possibilitando que o processo de ensino e aprendizagem se torne mais significativo. Rodrigues; Cristina (2020) defendem que o currículo precisa manter estreita relação com o universo cultural dos alunos, favorecendo o desenvolvimento de competências e conhecimentos capazes de contribuir para uma formação integral. Além disso, as escolas ribeirinhas desempenham funções que ultrapassam o âmbito educacional, constituindo importantes espaços de encontro, convivência, socialização e fortalecimento dos laços comunitários.

Entretanto, a literatura analisada evidencia que muitas escolas ribeirinhas compartilham problemas estruturais semelhantes. A precariedade dos prédios escolares, a insuficiência de materiais didáticos, a ausência de recursos tecnológicos e a limitada atuação do poder público comprometem o funcionamento das instituições e dificultam a

realização de práticas pedagógicas de qualidade. E que as condições inadequadas de infraestrutura e de trabalho pedagógico impactam diretamente os processos de escolarização dos estudantes.

Os desafios também envolvem a escassez de recursos para manutenção das escolas, a falta de energia elétrica e água potável em algumas localidades, além da necessidade de formação continuada para os professores. Muitos docentes iniciam sua atuação em comunidades ribeirinhas sem preparação específica para lidar com as particularidades desses contextos, o que amplia as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar. Ao mesmo tempo, a educação desenvolvida nesses territórios está profundamente relacionada aos saberes, às práticas sociais e às identidades construídas pelas populações amazônicas, tornando indispensável a valorização desses elementos nos processos educativos.

As práticas pedagógicas, portanto, não se limitam às atividades realizadas em sala de aula. Elas se articulam às condições sociais, econômicas, culturais e geográficas que caracterizam a vida das comunidades ribeirinhas. Um exemplo disso é a necessidade de adequação do calendário escolar aos ciclos das águas, fenômeno que influencia diretamente a mobilidade dos estudantes e professores. Conforme observam Matos e Ferreira (2019), durante determinados períodos do ano, a navegação em rios, lagos e igarapés torna-se mais difícil, aumentando o tempo de deslocamento e dificultando o acesso às escolas.

Diante desse conjunto de desafios, conclui-se que as dificuldades enfrentadas pelas práticas educativas nas comunidades ribeirinhas decorrem de fatores estruturais, sociais, econômicos e culturais que se inter-relacionam. Apesar das limitações existentes, essas escolas desempenham papel fundamental na garantia do direito à educação e na preservação das identidades culturais das populações amazônicas. Assim, torna-se indispensável a ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura escolar, transporte adequado, formação continuada de professores e elaboração de currículos contextualizados, capazes de valorizar os saberes e a cultura dos estudantes. Somente por meio dessas ações será possível promover uma educação mais inclusiva, democrática e comprometida com as necessidades e potencialidades das comunidades ribeirinhas.

CULTURA AMAZÔNICA, SABERES POPULARES E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

Para compreender a valorização das comunidades ribeirinhas nas práticas educativas, torna-se necessário considerar os processos históricos de formação dessas populações e as especificidades socioculturais que caracterizam a região amazônica. A constituição demográfica da Amazônia resulta da interação entre diversos grupos sociais, entre eles indígenas, europeus, quilombolas, pescadores, agricultores familiares, extrativistas, assentados, colonos e migrantes nordestinos. Essa diversidade contribuiu para a formação de identidades culturais singulares, marcadas pela miscigenação e pela construção de modos de vida profundamente vinculados ao território amazônico.

Nesse sentido, os povos amazônicos desenvolveram conhecimentos, práticas e valores resultantes de suas experiências históricas e de sua relação cotidiana com a natureza. Conforme destacam Matos e Ferreira (2019), os amazônidas constituem uma população formada por diferentes matrizes étnicas, adaptada às condições ambientais da região, especialmente às variações dos ciclos das águas, aos períodos de cheia e vazante dos rios e às condições climáticas características da floresta amazônica. Essas adaptações contribuíram para a construção de saberes específicos que orientam as formas de produção, trabalho, sociabilidade e organização comunitária.

Historicamente, as populações ribeirinhas permaneceram à margem das políticas públicas e dos processos de desenvolvimento implementados pelo Estado. Entretanto, a partir da organização coletiva e do fortalecimento dos movimentos sociais, passaram a reivindicar maior reconhecimento político e social, bem como a garantia de direitos fundamentais, entre eles o acesso à educação de qualidade. Nesse processo, sindicatos, associações comunitárias, organizações religiosas e demais formas de representação social desempenharam papel fundamental na luta pela valorização das experiências e das identidades construídas nesses territórios.

As especificidades dos modos de vida ribeirinhos tornam-se evidentes em diferentes dimensões da vida social. A relação com os rios, a utilização dos recursos naturais, as formas de trabalho, os sistemas de produção e as práticas culturais constituem elementos centrais na organização dessas comunidades. Conforme observam Oliveira e Pessoa (2018), o aspecto sociopolítico manifesta-se por meio de diferentes instituições

presentes nas comunidades, como associações de pescadores, organizações religiosas, escolas, sindicatos e demais espaços de participação coletiva. Essas instituições contribuem para fortalecer os vínculos comunitários e ampliar os processos de reconhecimento social e político dos sujeitos ribeirinhos.

De modo geral, as populações ribeirinhas detêm amplo conhecimento sobre o território em que vivem, desenvolvendo práticas sociais, culturais, econômicas e educacionais fundamentadas em uma relação de respeito e convivência com a natureza. Seus saberes tradicionais são construídos a partir da observação dos ciclos ambientais, das atividades produtivas e das experiências acumuladas ao longo das gerações, constituindo um patrimônio cultural de grande relevância para a região amazônica. Obviamente, podem existir distorções dessa visão de mundo, onde em algumas localidades se observa uma relação de descaso socioambiental, por exemplo, em comunidades em que há dificuldades no tratamento dos resíduos sólidos dos moradores. Daí a importância da educação ambiental estar inserida nos currículos escolares.

Entretanto, apesar da riqueza cultural existente nessas comunidades, os desafios educacionais permanecem significativos. Entre eles destacam-se as dificuldades relacionadas à inclusão social, à precariedade da infraestrutura escolar, à insuficiência de materiais pedagógicos e à limitada presença de políticas públicas voltadas para as populações que vivem em áreas mais distantes e de difícil acesso. Tais condições contribuem para a reprodução de desigualdades históricas e dificultam a efetivação de uma educação que reconheça e valorize as especificidades socioculturais desses sujeitos.

Nesse contexto, a valorização das comunidades ribeirinhas nas práticas educativas exige que a escola reconheça os conhecimentos produzidos nesses territórios como elementos legítimos do processo de ensino e aprendizagem. Isso implica desenvolver propostas pedagógicas que articulem os saberes científicos aos saberes tradicionais, promovendo uma educação contextualizada e comprometida com a realidade local. Ao incorporar os conhecimentos, as experiências e as manifestações culturais das comunidades ao currículo escolar, a educação passa a contribuir para o fortalecimento das identidades ribeirinhas, para a preservação da memória coletiva e para a construção de uma formação mais crítica, participativa e socialmente referenciada.

Dessa forma, a valorização das populações ribeirinhas no âmbito educacional ultrapassa o reconhecimento de suas particularidades culturais, constituindo-se como um compromisso com a promoção da justiça social, da diversidade cultural e do direito à educação de qualidade para todos os sujeitos que vivem nos territórios amazônicos.

é diversificado, sobretudo pelas relações que o ribeirinho estabelece com as águas e com a floresta. É bom destacar que todo modo de vida dessas populações é concebido a partir da grande influência da natureza. Quando se fala em cultura nessa região, não existe a possibilidade de descrevê-la sem fazer menção a esses elementos: o rio, a terra, a floresta e a lua. Toda relação de trabalho, transporte, alimentação e cura de doenças têm forte influência desses fatores (Oliveira; Pessoa, 2018, p. 75).

Nessa conjuntura, observa-se que as populações ribeirinhas frequentemente enfrentam processos de discriminação e invisibilização social em decorrência de seus modos de vida, de suas práticas culturais, de suas formas de organização familiar e de sua estreita relação com o território. Em muitos casos, a valorização de seus costumes, tradições e conhecimentos é interpretada de forma equivocada por setores da sociedade, que tendem a associar essas características a condições de atraso ou incapacidade de adaptação às transformações contemporâneas. Tal percepção reforça estereótipos que historicamente contribuíram para a marginalização desses grupos sociais.

Nesse sentido, a valorização das comunidades ribeirinhas nas práticas educativas exige o reconhecimento de seus saberes e de suas formas próprias de produzir conhecimento. A escola, ao dialogar com essas experiências, pode contribuir para o fortalecimento da autoestima dos estudantes, para a preservação da memória coletiva e para a superação de preconceitos historicamente construídos. Nesse contexto, a educação desempenha papel fundamental na valorização da diversidade cultural e na construção de práticas pedagógicas mais democráticas e inclusivas. Entretanto, Oliveira e Pessoa (2018) observam que as especificidades históricas, sociais e culturais das comunidades ribeirinhas ainda são frequentemente desconsideradas pela escola, que tende a privilegiar conhecimentos prescritos e pouco relacionados à realidade dos estudantes. Para os autores, essa situação reforça a necessidade de pesquisas e propostas educacionais comprometidas com as particularidades desses territórios.

Os estudos analisados também evidenciam desafios relacionados à inclusão escolar nas comunidades ribeirinhas. Rodrigues e Cristina (2020) destacam que muitas

escolas do campo apresentam condições limitadas para atender estudantes com deficiência ou necessidades educacionais específicas, devido à insuficiência de recursos, à precariedade da infraestrutura e à ausência de formação adequada para os docentes. Como consequência, práticas pedagógicas padronizadas acabam dificultando a participação e a aprendizagem desses estudantes. Tal cenário aponta para a necessidade de fortalecimento das políticas de inclusão, da formação continuada de professores e da ampliação dos recursos pedagógicos destinados às escolas ribeirinhas, visando assegurar uma educação de qualidade para todos.

Sobre essa questão, Caiado et al. (2016, p. 16) complementam que:

para um aluno chegar à escola, nela permanecer e aprender precisam ser garantidas inúmeras e complexas condições. Principalmente quando é um aluno com deficiência em que as barreiras sociais de toda ordem impedem a convivência social e seu desenvolvimento. Com isso, conhecer a realidade é fundamental para a formulação e implementação de propostas que promovam a superação dos desafios.

Outro desafio significativo enfrentado pelas comunidades ribeirinhas está relacionado ao processo de ensino e aprendizagem desenvolvido nas escolas desses territórios. Em muitos casos, a educação ofertada ainda segue modelos pedagógicos fundamentados em referências urbanas e padronizadas, desconsiderando as especificidades socioculturais, econômicas e ambientais que caracterizam a realidade ribeirinha. Como consequência, os conteúdos curriculares frequentemente se distanciam das experiências vividas pelos estudantes, dificultando a construção de aprendizagens significativas e a valorização de suas identidades culturais.

Nesse contexto, torna-se fundamental reconhecer que os conhecimentos científicos e os saberes populares não são excludentes, mas complementares. Ambos desempenham papel essencial na compreensão da realidade e na formação dos sujeitos, especialmente nas comunidades ribeirinhas, onde os modos de vida estão profundamente vinculados à relação com a natureza, ao trabalho e às experiências coletivas construídas ao longo das gerações. O saber popular constitui um patrimônio cultural acumulado historicamente, transmitido por meio das relações familiares e comunitárias, abrangendo conhecimentos relacionados à pesca, à agricultura, ao extrativismo, à medicina tradicional, às práticas religiosas e às formas de organização social.

Por sua vez, o conhecimento científico caracteriza-se pela sistematização, investigação e constante produção de novos saberes, contribuindo para a ampliação da compreensão dos fenômenos naturais e sociais. Contudo, a valorização da ciência não deve ocorrer em detrimento dos conhecimentos produzidos pelas comunidades locais. Ao contrário, a articulação entre esses diferentes modos de produzir conhecimento pode fortalecer o processo educativo, tornando-o mais contextualizado, crítico e significativo para os estudantes.

Dessa forma, a escola ribeirinha deve assumir o papel de mediadora entre os saberes tradicionais e os conhecimentos científicos, promovendo práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as experiências dos sujeitos do campo. A integração desses conhecimentos possibilita que os estudantes compreendam sua realidade local sem perder de vista os saberes produzidos em outros contextos, contribuindo para a formação de indivíduos capazes de interpretar, transformar e valorizar o mundo em que vivem. Assim, uma educação comprometida com a realidade ribeirinha precisa superar modelos curriculares homogêneos e incorporar as especificidades culturais dos territórios amazônicos, fortalecendo a identidade, a cidadania e o protagonismo das populações que historicamente tiveram seus saberes silenciados nos espaços escolares.

RELAÇÕES ENTRE ESCOLA, COMUNIDADE E IDENTIDADE RIBEIRINHA;

Nesta seção, destaca-se inicialmente o estudo de Matos e Ferreira (2019), que discute a importância e os desafios da inserção dos saberes amazônicos nos processos educativos formais. Os autores estabelecem uma distinção entre a educação escolarizada e a educação não escolarizada, evidenciando as diferenças existentes entre esses dois modos de produção e transmissão do conhecimento. A educação escolarizada caracteriza-se pelo cumprimento de normas institucionais, como a organização curricular, a carga horária, o calendário letivo e os horários de funcionamento da escola. Embora, em determinados contextos, considere aspectos relacionados às condições climáticas e geográficas da região amazônica, essa modalidade educacional frequentemente negligencia os conhecimentos ancestrais e as experiências construídas historicamente pelas populações ribeirinhas.

Em contrapartida, a educação não escolarizada ocorre no cotidiano das comunidades e fundamenta-se na transmissão de saberes por meio das relações familiares e sociais. Nesse processo, os conhecimentos relacionados à pesca, à agricultura, ao extrativismo, às crenças, aos costumes e às formas de organização comunitária são compartilhados entre as gerações, constituindo elementos centrais da identidade cultural ribeirinha. Trata-se de uma educação baseada na experiência, na observação e na participação ativa dos sujeitos em seu contexto social, contribuindo para a preservação da memória coletiva e dos modos de vida dessas populações.

Nessa perspectiva, Almeida et al. (2018) argumentam que, embora os saberes populares possuam potencial para dialogar de forma horizontal e complementar com os conhecimentos escolares, a lógica educacional historicamente marcada pela colonialidade do saber tende a desvalorizar os conhecimentos produzidos localmente. Como consequência, os saberes das comunidades ribeirinhas são frequentemente excluídos dos processos pedagógicos, enquanto o conhecimento científico escolarizado é apresentado como a única forma legítima de compreender e interpretar a realidade. Essa postura contribui para o silenciamento de práticas culturais e conhecimentos construídos ao longo de gerações, reforçando processos de exclusão simbólica no ambiente escolar.

Corroborando essa discussão, Ferreira (2022) destaca que a identidade ribeirinha é construída nas relações sociais e culturais estabelecidas no cotidiano das comunidades. Para o autor, a escola representa uma importante possibilidade de acesso ao conhecimento e de melhoria das condições de vida dos estudantes. Entretanto, quando desconsidera a realidade local e ignora os processos culturais vivenciados pelos sujeitos, acaba reproduzindo práticas educativas distantes das necessidades e experiências das populações ribeirinhas. Nessa situação, o currículo escolar deixa de atuar como instrumento de valorização cultural e passa a reproduzir modelos educacionais que pouco dialogam com os contextos amazônicos.

De acordo com Ribeiro (2019), a escola deve assumir uma postura pedagógica comprometida com as vivências dos estudantes e com a construção de uma educação emancipadora. Isso implica reconhecer e valorizar os aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos que constituem a realidade dos educandos, transformando-os em elementos significativos do processo de ensino e aprendizagem. Uma educação contextualizada

permite que os alunos compreendam sua própria realidade, fortaleçam sua identidade cultural e desenvolvam uma postura crítica diante das transformações sociais que os cercam.

A análise dessa subcategoria mostra que, apesar das diferentes localidades investigadas pelos estudos, dentre as quais estão comunidades dos estados do Pará, Amazonas, Amapá e Rondônia, observa-se limitações da educação oferecida às populações ribeirinhas. As pesquisas apontam para a predominância de práticas pedagógicas que pouco dialogam com as especificidades culturais e territoriais dessas comunidades, contribuindo para a manutenção de processos históricos de exclusão educacional e social. Além disso, observa-se a persistência de currículos que privilegiam conhecimentos universais e desconsideram os saberes produzidos nos territórios amazônicos.

Diante desse cenário, torna-se fundamental promover uma educação pautada em perspectivas descolonizadoras, capazes de reconhecer os saberes tradicionais como formas legítimas de produção de conhecimento. A articulação entre os conhecimentos científicos e os saberes ribeirinhos pode contribuir para a construção de práticas pedagógicas mais significativas, inclusivas e contextualizadas. Dessa forma, a integração entre escola, cultura e território configura-se como um caminho para fortalecer a identidade dos estudantes, valorizar a diversidade sociocultural amazônica e promover processos educativos comprometidos com a emancipação dos sujeitos e com a transformação social de suas comunidades.

FORMAÇÃO DOCENTE E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS AMAZÔNICOS.

No que se refere à subcategoria de análise que aborda a docência, a educação ambiental e as classes multisseriadas nas escolas ribeirinhas, foram selecionados cinco estudos que oferecem importantes contribuições para a compreensão dessa temática. Em conjunto, essas pesquisas evidenciam os desafios enfrentados pelos profissionais da educação que atuam em comunidades ribeirinhas, bem como a necessidade de construção

de práticas pedagógicas mais contextualizadas, inclusivas e comprometidas com a realidade socioambiental amazônica.

Oliveira; Pessoa (2018) destacam as condições precárias de funcionamento das escolas ribeirinhas, especialmente no que se refere à infraestrutura física e às condições de trabalho docente. Segundo os autores, a insuficiência de recursos pedagógicos, a precariedade dos espaços escolares e a ausência de formação específica para atuação em turmas multisseriadas dificultam significativamente o processo de ensino e aprendizagem. Essa realidade afeta o a garantia do direito à educação inclusiva, sobretudo para aqueles que necessitam de atendimento educacional especializado, diminuindo por sua vez, o desempenho destes estudantes,

Nessa mesma direção, Rodrigues (2020) discute as potencialidades e perspectivas da formação docente na Amazônia, enfatizando a necessidade de superar modelos educacionais tradicionalmente reproduzidos nas escolas da região. O autor defende a construção de práticas pedagógicas fundamentadas em perspectivas descolonizadoras, capazes de reconhecer os saberes locais e promover processos educativos mais significativos. Nesse contexto, a leitura e a produção de conhecimentos devem estar articuladas às experiências vivenciadas pelos sujeitos amazônicos, favorecendo a valorização das identidades culturais e territoriais das comunidades ribeirinhas.

Por sua vez, Gomes; Nakayama (2018) ressaltam a importância de os docentes estabelecerem conexões entre teoria e prática, considerando as especificidades socioculturais e ambientais dos territórios onde atuam. Os autores observam que muitos professores que trabalham em escolas ribeirinhas residem em áreas urbanas e possuem conhecimento limitado sobre a realidade local, o que pode dificultar a construção de práticas pedagógicas contextualizadas. Dessa forma, defendem a necessidade de uma aproximação mais efetiva entre educadores e comunidade, possibilitando maior compreensão das experiências, dos valores e dos conhecimentos produzidos pelos sujeitos ribeirinhos.

No campo da educação ambiental, Ferreira (2022) compreendem a escola como um espaço privilegiado para o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas à formação integral dos estudantes. Os autores destacam que ações educativas relacionadas à reutilização de resíduos sólidos, ao uso de materiais sustentáveis e à

preservação ambiental contribuem para a construção de atitudes responsáveis em relação ao meio ambiente. Considerando a forte relação das populações ribeirinhas com os recursos naturais, a educação ambiental assume papel estratégico na promoção da consciência ecológica e na valorização dos territórios amazônicos.

De forma complementar, Matos; Ferreira (2019) argumentam que os conhecimentos científicos, podem auxiliar os estudantes na compreensão de fenômenos presentes em seu cotidiano. Para os autores, é necessário superar metodologias centradas na memorização e na transmissão mecânica de conteúdos, adotando estratégias de ensino que estimulem a reflexão crítica, a investigação e a contextualização dos conhecimentos. Tal perspectiva favorece a aproximação entre os conteúdos escolares e as experiências vividas pelos estudantes, tornando o processo educativo mais significativo e relevante.

A análise conjunta desses estudos evidencia que a melhoria da educação nas comunidades ribeirinhas depende, em grande medida, do fortalecimento da formação inicial e continuada dos professores, considerando as especificidades culturais, sociais e ambientais desses territórios. Além disso, torna-se fundamental investir em metodologias de ensino que valorizem os saberes locais e promovam o diálogo entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais.

Os estudos também revelam que a escola ribeirinha deve ser compreendida como um espaço de construção da cidadania, da identidade cultural e da consciência ambiental. Para que isso ocorra, é necessário garantir condições adequadas de funcionamento, incluindo infraestrutura apropriada, materiais pedagógicos, apoio institucional e políticas públicas voltadas à realidade das turmas multisseriadas. Da mesma forma, é indispensável assegurar o cumprimento dos princípios da educação inclusiva, garantindo que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais.

Dessa maneira, conclui-se que a docência nas escolas ribeirinhas exige uma formação comprometida com a diversidade cultural amazônica, com a valorização dos saberes comunitários e com a construção de práticas educativas ambientalmente responsáveis. A escola, nesse contexto, assume papel fundamental na formação de sujeitos críticos, conscientes e capazes de atuar na preservação de seu território e na transformação de sua realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender as relações entre as práticas educativas escolares desenvolvidas em comunidades ribeirinhas e os aspectos culturais que caracterizam esses territórios, a partir da análise da produção científica disponível no Portal de Periódicos CAPES. A investigação permitiu reunir diferentes contribuições teóricas e empíricas que possibilitaram uma compreensão mais aprofundada da realidade educacional vivenciada pelas populações ribeirinhas da Amazônia.

Os resultados evidenciaram que a educação ofertada a essas comunidades ainda é marcada por diversos processos de exclusão e desigualdade. Os estudos analisados apontam limitações relacionadas ao acesso à escolarização, à precariedade das condições de funcionamento das escolas e à ausência de propostas pedagógicas que valorizem os conhecimentos, as experiências e as identidades culturais dos sujeitos ribeirinhos. Além disso, observou-se que os currículos frequentemente reproduzem modelos urbanos e homogêneos, desconsiderando as especificidades sociais, econômicas, ambientais e culturais presentes nesses territórios.

Os trabalhos analisados convergem para a compreensão de que a construção de currículos contextualizados constitui um dos principais desafios da educação ribeirinha amazônica. Desta forma os mesmos evidenciam a necessidade de que os processos educativos estejam articulados às realidades sociais, culturais e territoriais das comunidades, valorizando os saberes tradicionais e as experiências construídas no cotidiano dos estudantes.

Os resultados da pesquisa demonstram que muitas práticas pedagógicas ainda reproduzem modelos curriculares urbanos, frequentemente distantes das necessidades e dos modos de vida das populações ribeirinhas. Essa realidade dificulta a construção de aprendizagens significativas e limita o reconhecimento dos conhecimentos produzidos nas comunidades. Nesse sentido, a educação intercultural deve considerar as práticas sociais, os saberes locais e o cotidiano dos sujeitos como elementos centrais do currículo e do planejamento escolar.

Dessa forma, torna-se fundamental que os sistemas municipais de ensino possuam autonomia para elaborar propostas curriculares compatíveis com suas especificidades

loais, especialmente nas escolas do campo, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996). A adequação curricular às realidades ribeirinhas contribui para o fortalecimento das identidades culturais, para a valorização dos conhecimentos tradicionais e para a construção de uma educação mais inclusiva, democrática e socialmente referenciada. Além disso, essa perspectiva encontra respaldo nas competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfatizam o respeito à diversidade cultural e o reconhecimento dos diferentes modos de produzir conhecimento.

Outro aspecto recorrente nas pesquisas refere-se à necessidade de fortalecer a formação inicial e continuada dos professores que atuam em comunidades ribeirinhas. Os autores destacam que a atuação docente exige conhecimentos que ultrapassam os conteúdos disciplinares, demandando sensibilidade para compreender as particularidades locais e desenvolver práticas pedagógicas contextualizadas. Nesse sentido, a escola deve constituir-se como um espaço de valorização dos saberes tradicionais, de promoção da educação inclusiva e de fortalecimento da consciência ambiental, contribuindo para a formação integral dos estudantes.

Considerando a diversidade sociocultural e territorial da Amazônia, torna-se fundamental a implementação de políticas públicas educacionais que reconheçam as especificidades das populações ribeirinhas e garantam condições adequadas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Isso envolve investimentos em infraestrutura escolar, transporte, materiais didáticos, formação profissional e apoio à gestão educacional, possibilitando a construção de práticas educativas mais significativas e alinhadas às realidades locais.

No que se refere às questões curriculares, os estudos analisados reforçam a urgência da construção de propostas que dialoguem com os modos de vida, os saberes tradicionais e as experiências socioculturais das comunidades ribeirinhas. A valorização desses conhecimentos no contexto escolar pode contribuir para o fortalecimento das identidades locais, para a ampliação do sentimento de pertencimento dos estudantes e para a promoção de uma educação mais democrática e emancipatória.

Por fim, a realização desta pesquisa possibilitou uma reflexão crítica acerca da educação desenvolvida nos territórios ribeirinhos, evidenciando que, em muitos casos, os

saberes e as experiências dessas populações permanecem invisibilizados pelas propostas educacionais vigentes. Dessa forma, defende-se a necessidade de uma reestruturação curricular construída de maneira participativa, envolvendo comunidade, professores, estudantes e gestores, de modo que a educação escolar possa efetivamente dialogar com a realidade local. Tal perspectiva contribuirá para a valorização da cultura ribeirinha, para o reconhecimento de seus saberes e para a construção de práticas educativas comprometidas com a transformação social e com o desenvolvimento humano das populações amazônicas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Edielso Manoel Mendes de; HOLANDA, Luiz Carlos Pinto de; NUNES, Raira dos Santos. **O diálogo entre o conhecimento escolar e o saber popular**. Revista Educação, Cultura e Sociedade, v. 8, n. 1, p. 295-310, 2018. DOI: 10.30681/ecs.v8i1.3052.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CAIADO, Katia Regina Moreno; GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. **O transporte escolar público para os alunos do campo com necessidades educacionais especiais**. Teoria e Prática da Educação, v. 17, n. 1, p. 119-130, 2014.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EdUSP, 2011.

CASTRO, Edna; CAMPOS, Índio. **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

DIEGUES, Antonio Carlos et al. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

FERREIRA, David Goes. **Comunidade, escola e juventude: navegando pela história oral de vida de jovens de uma comunidade ribeirinha no Amazonas**. Revista Brasileira de Educação, v. 27, e270017, 2022.

GOMES, Raimunda Kelly Silva; NAKAYAMA, Luiza. **Saberes docentes sobre meio ambiente em uma comunidade ribeirinha da Amazônia amapaense**. Pesquisa em Educação Ambiental, v. 12, n. 2, p. 127-140, 2018.

LEITE, Cláudia Pereira Cunha; CUNHA, Sandra Regina. **Vida de educador do campo: as condições de trabalho docente e as interfaces com a organização do tempo-espaço da prática pedagógica**. Revista Maré, v. 38, n. 30, p. 1-11, 2014.

MATOS, Gláucio Campo Gomes; FERREIRA, Maria Beatriz Rocha. **Educação em comunidades amazônicas**. Revista de Educação, v. 24, n. 3, e4604, 2019.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. **Amazônia**: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (séc. XVII ao XX). Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia 4, 1988.

OLIVEIRA, Francisco Miguel da Silva de; PESSOA, Alex Sandro Gomes. **Educação do caboclo-ribeirinho**: problematizações acerca do currículo escolar e seus desdobramentos nas escolas ribeirinhas. Colloquium Humanarum. Presidente Prudente, 2018.

REIS, Márcia Helena Santos. **Características da população ribeirinha de um município do interior do Amazonas**. Manaus: Universidade Federal do Amazonas; Centro Universitário do Norte, 2021.

RIBEIRO, S. J. **Relato de experiências sobre os desafios de professores em escolas ribeirinhas da área de várzea da zona rural do município de Parintins-AM**. Parintins: Universidade do Estado do Amazonas, 2022.

RODRIGUES, Isabel Cristina França dos Santos. **Escolas de ontem e de hoje na Amazônia paraense**: fissuras em prol das aprendizagens e da formação docente. Revista de Matemática, Ensino e Cultura, v. 15, n. 33, p. 224-241, 2020.

Submissão: setembro de 2025. Aceite: outubro de 2025. Publicação: janeiro de 2026.